



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

SERVIÇO SOCIAL E A FUNDAÇÃO LEÃO XIII: “É PRECISO SUBIR OS MORROS ANTES QUE OS COMUNISTAS DESÇAM”

JULIANO ZANCANELO REZENDE¹

MARIA LUCIA DURIGUETTO²

RESUMO

Neste trabalho, buscamos apresentar a relação do Serviço Social com os processos de organização, mobilização e reivindicação das classes subalternas por meio do trabalho profissional desenvolvido pela Fundação Leão XIII entre as décadas de 1940 e 1950. Através de revisão bibliográfica, constatamos a atuação dos assistentes sociais na contracorrente das lutas sociais das classes subalternas nesse período de institucionalização da profissão no país.

Palavras-chave: Serviço Social; Movimentos Sociais; Lutas Sociais;

ABSTRACT

In this paper, we aim to present the relationship between Social Work and the processes of organization, mobilization, and demands of the subaltern classes through the professional work developed by the Leão XIII Foundation between the 1940s and 1950s. Through a literature review, we found that social workers acted counter to the social struggles of the subaltern classes during this period of the profession's institutionalization in the country.

Keywords: Social Work; Social Movements; Struggles

Introdução

A partir do legado crítico subsidiado na tradição marxista de apreensão do processo histórico da institucionalização do Serviço Social na realidade nacional, compreendemos que a profissão se constroi demandada pelo Estado e frações das classes dominantes para atuar junto às expressões da questão social, dispondo em seu significado social da ineliminável contradição

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora

² Universidade Federal de Juiz de Fora

de interesses entre capital e trabalho. Por essa insuprimível contradição estrutural do modo de produção e reprodução das relações sociais, as requisições e as respostas profissionais estão submetidas historicamente aos conflitos sociais produzidos e desenvolvidos entre as classes fundamentais e suas frações e, neles, a configuração da ação estatal. Ao atuar sob e sobre o espaço do conflito de classe e na dinâmica da ação estatal nele posta, intencionamos apresentar uma sistematização da relação da profissão com os processos de organização, mobilização e reivindicação das classes subalternas por meio do trabalho profissional desenvolvido entre 1940-1950.

A dimensão doutrinária e moral de disciplinamento social que acompanha o desenvolvimento profissional do Serviço Social no Brasil, mesmo que ressignificada a partir do que Iamamoto (2013) denomina como “arranjo teórico-doutrinário” — no qual a profissão adquire uma forma técnica e racional nas ações de integração social, sem perder de vista o aspecto moral ajustador — caracteriza o trabalho profissional junto aos movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora, com o objetivo de prevenir e impedir a expansão dos conflitos sociais. Nesse sentido, enfatizamos as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais neste contexto, na contenção e disciplinamento da potencialidade político-organizativa e reivindicatória das classes subalternas, com destaque para as experiências ligadas à Fundação Leão XIII (FLXIII).

Decidimos enfatizar nossa investigação a partir da FLXIII devido ao papel que essa instituição socioassistencial desempenhou na dinâmica da luta de classes e no desenvolvimento capitalista, além de se constituir como um espaço sócio-ocupacional privilegiado para o trabalho profissional em seu processo de institucionalização. Em nossa análise, apoiada em avaliações históricas de pesquisadores como Valladares (2000), Honorato (2012), Iamamoto e Carvalho (2014) e Costa (2015), a FLXIII se destaca pela sua motivação interventiva de combate à influência comunista, adotando como lema: “é preciso subir os morros antes que os comunistas desçam”. Criada como uma forte antagonista social e ideológica à principal força política que buscava vocalizar os interesses democráticos das classes subalternas — o Partido Comunista Brasileiro (PCB) —, a FLXIII arregimentou assistentes sociais para operacionalizar seus objetivos em contrapartida ao PCB e às mobilizações que este representava para os rumos do desenvolvimento nacional. Vale lembrar que o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, de 1947 — mesmo ano de criação da FLXIII e de retorno à ilegalidade do PCB —, estabelece como deveres dos profissionais do Serviço Social: “1) cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus [...]”; “4) recusar sua colaboração ou tomar qualquer atitude



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que considere ilegal, injusta ou imoral' (ABAS, 1947, p. 1). A conduta comunista, naquele período, além de criminalizada e, portanto, tornada ilegal, também era considerada imoral e injusta à luz dos valores cristãos que norteavam as ações da FLXIII e que compunham o arranjo teórico-doutrinário do Serviço Social.

Como veremos, as estratégias de controle social das classes subalternas e de arrefecimento das resistências populares, atribuídas a essa instituição e desempenhadas por seus agentes, equacionaram o caráter do relacionamento profissional do Serviço Social com os movimentos sociais das classes subalternas na recusa da colaboração com os verdadeiros anseios democratizantes e na promoção da tutela do “popular”, assim como ocorreu em outras instituições socioassistenciais que contaram com a presença profissional de assistentes sociais neste período.

O Serviço Social na contracorrente dos anseios populares

Antes de nos atermos nas ações do Serviço Social na contrafação dos movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora, é preciso compreender historicamente o significado social desta profissão no conjunto das relações sociais da sociedade burguesa, e as determinações de seu processo de institucionalização no Brasil em meio à dinâmica da luta de classes. O processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, especificamente na fase monopólica do capital, engendrou uma acentuação das desigualdades de classe, tanto pela situação econômica objetiva de maior exploração do trabalho e de aumento da pauperização, como pelo incremento da dinâmica conflitiva da luta de classes. É este marco de expressão da questão social – em seus vetores econômicos e políticos – que exige das frações das classes dominantes e do Estado novas intervenções econômicas e sociopolíticas para além da coerção direta e da ajuda caritativa. É nesta dinâmica da ordem burguesa que o Serviço Social, sob herança conservadora de suas protoformas gestadas no seio da Igreja Católica, passou a ser requisitado institucionalmente enquanto uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho coletivo, de modo a atuar junto às expressões da questão social no bojo da expansão urbano-industrial e com espaço majoritário de atuação no âmbito estatal. Participar da reprodução das relações sociais capitalistas implica no caráter ineliminável do conflito de classes no fundamento da natureza e do significado social da profissão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Requisitado enquanto “atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p.101), o Serviço Social se institucionaliza no lastro de preceitos ideo-políticos postos em suas protoformas. Com a emergência do Serviço Social no âmago do bloco católico, seus agentes pioneiros se conjugam com as demandas de instituições estatais e do patronato por força de trabalho técnica e especializada para lidar com os chamados “problemas” ou desajustes sociais. Essa demanda impulsiona o surgimento de grandes instituições socioassistenciais e o desenvolvimento de centros formativos para habilitar agentes do Serviço Social para agir com destreza sobre a consciência, os comportamentos e o modo de vida das classes subalternas.

A vinculação institucional altera, ao mesmo tempo, a ‘clientela’ do Serviço Social: de pequenos segmentos da população pobre em geral, atingida ocasionalmente pelas obras sociais confessionais, seu público se concentrará em amplos setores do proletariado, alvo principal das políticas assistenciais implementadas pelas instituições. Este processo consolida a profissionalização do Assistente Social [...]. Em suma, o Serviço Social deixa de ser instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma das engrenagens de execução da política social do Estado e de setores empresariais. (Iamamoto, 2013, p. 36)

A conjuntura que se desenvolveu no período histórico em que o Serviço Social foi requisitado para atuar profissionalmente nas grandes instituições socioassistenciais foi marcada por uma efervescência sociopolítica de caráter democratizante, impulsionada pela retomada ofensiva do movimento sindical e operário (Mattos, 2009). Entre 1945 e 1947, as forças populares intensificaram sua capacidade organizativa e de mobilização, com o PCB atuando como fio condutor privilegiado dessa dinamização social. Paralelamente às investidas no campo das disputas eleitorais, os comunistas se dedicaram à mobilização e organização popular das massas trabalhadoras, tanto nos locais de trabalho quanto nas comunidades. Para isso, criaram um inédito instrumento de organização popular — os Comitês Populares Democráticos (CPDs).

A constituição desses comitês foi fundamental para fortalecer a reivindicação por uma ruptura com as tradições autoritárias e heterônomas da sociedade brasileira. A partir de 1945, sob a direção dos comunistas, esses instrumentos de luta das classes subalternas entraram em ação, principalmente nos bairros, vilas populares e favelas, mas também nos locais de trabalho. A intervenção dos comitês centrava-se em reivindicações locais relacionadas às condições de vida e trabalho das camadas subalternas, buscando respostas tanto pela via coletiva da cooperação entre pares quanto, sobretudo, por meio da denúncia pública e política das desigualdades sociais, direcionando suas demandas ao Estado. As reivindicações econômico-imediatas ressoavam em uma luta unificada entre os segmentos democráticos da sociedade por amplos direitos de

cidadania; e expressavam uma potencialidade política para a democratização efetiva das relações sociais, mesmo que dentro dos limites da ordem capitalista.

A capacidade organizativa dos CPDs ia além dos critérios associativos baseados em locais de moradia e trabalho. Embora esses critérios fossem fundamentais para a estrutura organizativa dos comitês, o objetivo ampliado de democratização nacional também envolvia a formação de núcleos que abordavam diversas questões, desde que alinhadas a uma perspectiva democratizante. Foi o caso do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, do Comitê Democrático dos Evangélicos, do Comitê do Ensino Leigo e do Comitê de Mulheres Pró-Democracia (Pinheiro, 2014).

Como vislumbravam a necessidade de generalizar e expandir os anseios populares democratizantes em todos os âmbitos da vida nacional, os CPDs utilizavam diversas atividades culturais como meio de educação popular, como o teatro amador, o cinema e exposições populares diversas. Contudo, devido ao alto índice de analfabetismo na sociedade brasileira, a educação de adultos tornou-se central nas tarefas político-pedagógicas dos CPDs. Afinal, como os analfabetos não tinham direito ao voto, a tática de alfabetização em massa visava permitir que os segmentos populares participassem da vida político-eleitoral, alinhada à estratégia de unidade nacional com vistas à democratização da sociedade brasileira.

Contudo, até o final do governo Dutra, o que se verificou foi a inviabilidade da radicalização política pelas forças democráticas e populares, situação que se estendeu pelos governos subsequentes até o final da década de 1950. Pela peculiaridade conjuntural desse período histórico, as formas de luta social das classes subalternas eram vistas como obstáculos ao desenvolvimento modernizador do capitalismo no país. Em resposta, uma série de medidas foi adotada para enfrentar social e politicamente os fatores que dificultavam a expansão do grande capital, ao mesmo tempo em que atendia às suas necessidades de desenvolvimento.

Nesse contexto, os assistentes sociais foram convocados para auxiliar no gerenciamento do novo comportamento assistencial, implementando políticas sociais voltadas para a conservação e reprodução física da força de trabalho, além de exercer simultaneamente um papel de ajustamento social e cultural da classe trabalhadora à racionalidade do desenvolvimento capitalista. Os assistentes sociais eram requisitados pelo Estado e pelo empresariado para incidir sobre valores e comportamentos, promovendo o apassivamento e a cooptação das formas de luta e resistência dos trabalhadores, tentando sujeitá-los à inércia político-reivindicatória e ao aprofundamento da dominação burguesa.

As consequências do desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira já se manifestavam de forma latente no aumento da demanda habitacional nas cidades, em contraste com a concentração de imóveis pelo capital especulativo, o que elevava os valores dos aluguéis e forçava as massas empobrecidas a se deslocarem para as áreas das “favelas”. Com a redução do valor real dos salários, a ausência de uma política habitacional adequada para lidar com o crescimento dos centros urbanos devido às sucessivas correntes migratórias, e a capacidade limitada e alto custo do transporte público, a alternativa restante para a população pobre e marginalizada era a expansão desordenada e 'irregular' da ocupação dos morros próximos aos locais de trabalho. Foi então que se implementou uma intervenção estatal nos territórios de concentração de miseráveis e 'desvalidos', além da repressão, cujo objetivo era conter o fenômeno da “favelização”.

Com a criação de políticas públicas voltadas para a construção de habitações populares no enfrentamento da 'favela' e no enquadramento social das classes subalternas, tornou-se imprescindível conhecer os territórios e seus ocupantes, que seriam sujeitos à intervenção planejada das agências subsidiadas pelo Estado e frações das classes dominantes. Nesse contexto, destacamos a criação dos Parques Proletários (PP)³, uma iniciativa que buscou articular condições higienistas de infraestrutura urbana para a promoção de moradias populares, ainda que provisórias, e para a educação da vida cotidiana, com o objetivo de reintegração social e remodelamento dos hábitos dos moradores. Devido à forte influência da Igreja na gestão dos PP, os profissionais de Serviço Social, alinhados com os valores das protoformas da profissão, não apenas verificavam a ficha criminal, o vínculo de trabalho e a referência ideológica dos candidatos e suas famílias, mas também deviam orientar sobre os ganhos e gastos financeiros das famílias, a educação e escolarização de seus membros, e realizar uma intensa fiscalização daqueles que eram destinados aos PP, incluindo a responsabilidade de monitorar as formas de organização política dos moradores.

Após a conquista do apartamento, o jovem das favelas [...] deveria *ser reeducado e despertado o seu espírito associativo através dos clubes operários e a ação de assistentes sociais*. Estimulava-se a organização política e religiosa dos moradores, desde que estivessem alinhados ao espírito da Igreja Católica e das diretrizes administrativas do Parque (Costa, 2015, p. 88).

Gomes et al (2012) destaca o trabalho de conclusão de curso da assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva, publicado em livro em 1942 com o título “Impressões de uma

³ Além da criação dos Parques Proletários (1942), são iniciativas nessa direção o Lar Operário Fluminense, a “Comissão para a Organização de Plano para a Construção de Casas Populares na Capital” (1942); e a Fundação Casa Popular (1946).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

assistente social sobre o trabalho na favela”. Recorrendo a Honorato (2012), podemos verificar em um trecho do trabalho de Maria Hortêncina a preocupação dos profissionais de Serviço Social da época com o fenômeno da “favela”, tendo em vista a requisição profissional por parte do Estado para lidar com essa questão, que também interessava ao poder público:

A favela é um problema econômico como é, por exemplo, tuberculose. Evidentemente parece fácil externar conceitos a respeito de um e de outro, e ainda agora a reunião do Rio, de um Congresso de Urbanismo, tornou oportuna a revivência de uma velha ambição de acabar com as habitações anti-higiênicas espalhadas pelos morros. Essas realmente enfeiam a cidade. Muito pior e mais grave, porém, do que sua contribuição para turbar a majestade estética da Capital do Brasil, está a circunstância de encerrarem as favelas um ou vários problemas econômicos e sociais, de maior amplitude (Silva, 1942, p.35 apud Honorato, 2012, p.156-157).

Conforme Honorato (2012), devido à ausência de investigações sistemáticas que pudessem especificar e qualificar o “problema” da “favela”, e a carência de agentes profissionais para a operacionalização técnica do trabalho a ser empreendido, foi criada a Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth (1944). A primeira Escola laica, oficial e gratuita do Rio de Janeiro foi dirigida pela pioneira Maria Esolina Pinheiro⁴. Uma outra iniciativa central que marca a expansão da atuação profissional do Serviço Social é a criação da Fundação Leão XIII (FLXIII)⁵, em 1947.

Para adequar socialmente os “maus costumes” e a “desviância” que se generalizavam no território “imoral” das favelas (Iamamoto e Carvalho, 2014), os assistentes sociais contratados pela Fundação Leão XIII procuraram se opor interventivamente à organização e mobilização dos trabalhadores “favelados”, especialmente nos morros onde já havia presença dos Comitês Populares Democráticos. Afinal, a ideia de “subir aos morros antes que os ‘vermelhos’ o fizessem” (Costa, 2015, p. 127), além de ter estimulado a criação da FLXIII, era uma constante nas ações dessa entidade socioassistencial, que mantinha um discurso anticomunista.

A partir dos Centros de Ação Social (CAS), localizados nos complexos de favelas onde a FLXIII atuava, agentes profissionais, com destaque para os assistentes sociais, eram responsáveis pela implementação dos serviços socioassistenciais, ajustando-os à população “cliente”. Muitas vezes, a partir de um estudo técnico e social das favelas, preparavam o caminho para a remoção dos moradores diante da ação violenta do Estado a serviço do capital imobiliário.

⁴Sobre os contributos profissionais da Assistente Social pioneira, vinculada ao movimento da “Escola Nova” e, portanto, defensora da laicidade da formação e direção social da profissão no Brasil, consultar Machado (2015).

⁵Como exposto, a potencialidade e capacidade de mobilização popular desenvolvida na década de 1940 se processou sob forte influxo das forças do PCB, que, inclusive, havia saído vitorioso com o resultado das eleições de 1947: “Na Rocinha, dos 4.300 votos, cerca de 2.300 seriam votos comunistas.” (SAGMACS. 1960, p. 2, I apud Costa, 2015, p. 172). Porém, neste mesmo ano, o PCB foi colocado na ilegalidade pelo Governo Dutra, tornando o caminho mais aberto para as ações da Fundação Leão XIII nas favelas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Costa (2015) afirma que a possibilidade constante de remoções de famílias, com a destruição de seus barracos, era usada pelos assistentes sociais como uma ameaça para garantir que os “favelados” se tornassem passivos no processo de enquadramento social e moral, e não canalizassem suas indignações para motins e rebeldias sociais.

Sobre a intervenção ajustadora e disciplinadora do Serviço Social nas favelas a partir da FLXIII, Costa (2015, p. 152) também observa que “o ofício de assistente social reconfigurava a relação entre coerção e consenso nas políticas públicas, forjando uma complexa educação de convencer reprimindo e reprimir convencendo”. Além do uso do coercitivo instrumento de inquérito social, que evidenciava a dimensão autoritária e policialesca no trato com a questão social, combinavam-se técnicas e ações de persuasão da função pedagógica da profissão, fundamentadas em uma moralidade “restaurativa”. A educação popular de perspectiva conservadora, ao contrário das ações educativas e de alfabetização promovidas pelos Comitês Populares Democráticos, era um instrumento essencial para que o Serviço Social realizasse o convencimento coercitivo das massas marginalizadas. Segundo Machado (2015, p. 321), como o “problema-favela” era visto como uma situação de desorganização social e desordem moral que favorecia a adesão a “ideologias exóticas”, as consequências da pobreza e miséria eram associadas a doenças da “alma” e ao ambiente hostil da favela. Assim, sob uma interpretação higienista, a educação popular era vista como o caminho para o tratamento social e moral, empregando “educação sanitária, educação alimentar, educação sexual, educação religiosa, profilaxia das doenças venéreas, cursos de imunização contra doenças infecciosas etc.” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 301). Afinal, de acordo com Gomes (2007, p. 184), para os assistentes sociais da época, “os moradores de favelas eram considerados inadaptados, incapazes, dependentes, exigindo, portanto, uma ação social”.

Além de assumir um caráter moralizador, a educação popular promovida pelos assistentes sociais visava, ao mesmo tempo, disputar educativamente e politicamente as camadas subalternas com o trabalho de base dos comunistas e das forças progressistas. Também tinha o propósito de disciplinar os trabalhadores para protegê-los das ideologias que poderiam ameaçar a ordem e o 'progresso'. Isso incluía, em um momento de disputa política pelo alistamento eleitoral⁶ das massas desescolarizadas, atividades de alfabetização. Iamamoto e Carvalho (2014, p. 302)

⁶ “A constatação de que grandes favelas dos morros cariocas (assim como das baixadas da periferia e dos subúrbios) poderiam transformar-se em *redutos eleitorais* do Partido Comunista do Brasil leva à mobilização, pelo Estado e hierarquia, de seu aparato assistencial para contrapor-se e consolidar seu controle sobre aquela população. [...] que aparecerá no plano do discurso como barrar o avanço do comunismo” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 300).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

destacam que as atividades de educação popular passaram a incluir 'uma novidade em seu arsenal [...], a educação democrática'. Nesse contexto, entendemos que a 'educação democrática' visava à formação de um contingente de eleitores e supostos 'cidadãos', moldados segundo valores e princípios conservadores, em oposição à verdadeira educação para a vida democrática promovida pelos Comitês Populares Democráticos.

Encontrando nos Centros de Ação Social a unidade necessária para viabilizar o trabalho educativo sob a intervenção majoritária dos assistentes sociais, buscava-se aprofundar a influência na dinâmica comunitária das favelas através da criação de associações de moradores ou pela disputa e conquista de agremiações já existentes⁷, “chegando a controlar o registro das associações locais formadas, [...] assumindo o papel de braço da burocracia estatal dentro dos morros” (Cunha, 2016, p. 22). Assim, uma vez criadas ou conquistadas as associações de moradores das favelas, os CAS atuavam junto a essas organizações para que pudessem funcionar como agentes de promoção moral das comunidades, incentivando a mobilização dos moradores para o exercício do “bem-comum”, mas, sobretudo, criando uma “elite” de moradores cooptados pela Fundação.

No entanto, a proliferação de entidades civis não foi resultado exclusivo da ação da FLXIII. Na verdade, essas iniciativas surgiram de uma combinação de resistências nas favelas, como envio de cartas às autoridades, mobilizações de rua e mutirões contra restrições à construção de barracos (Costa, 2015, p. 174). A Fundação atuava nesses processos já existentes para direcionar e despolitizar as ações coletivas dos moradores. Segundo a própria Fundação, as necessidades apresentadas pelos moradores deveriam ser “suavizadas” pela solidariedade e cooperação entre os moradores, obstruindo a expansão e politização dessas demandas. Isso ajudava a ocultar as responsabilidades do Estado, naturalizando a marginalização dos sujeitos e enfraquecendo a possibilidade de conquista de direitos sociais, deslocando essas lutas para “fora” da dinâmica da luta de classes.

Contudo, a implementação da tática de disciplinamento através da cooptação e despolitização enfrentava desafios significativos devido ao crescimento das lutas sociais e das organizações populares, que dificultavam o trabalho dos assistentes sociais da FLXIII. Costa (2015) destaca a rivalidade entre as ações da Fundação e as forças progressistas, especialmente

⁷ “De 1947 a 1964 foram fundadas cerca de 75 associações de moradores. Tal proliferação de entidades civis não pode ser entendida como se fosse resultante exclusivamente da ação da FLXIII. A criação de associações foi um processo que já se desenhava desde as primeiras ocupações. Aos poucos, a cada luta, as organizações civis dos favelados foram sendo aperfeiçoadas e fortalecidas. No período da virada dos anos 1950 para os anos 1960, no entanto, as mobilizações ganhavam cada vez mais caráter classista” (Costa, 2015, p. 261).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

o PCB, citando um trecho do Trabalho de Conclusão de Curso da assistente social Maria Luzia Moniz Aragão, então diretora da Fundação Leão XIII:

Outras pessoas e outras Obras, entretanto, sentindo que o advento da Fundação Leão XIII representa para as suas pretensões uma perda de terreno que pretendiam conquistar para fins inconfessáveis, têm buscado por todos os meios e modos sabotar-lhe o trabalho. Destaca-se nesse mister o Partido Comunista do Brasil, que por meio de seus jornais, já por 3 ou 4 vezes tem procurado intrigar a FUNDAÇÃO e seus dirigentes com as populações das favelas. Tais tentativas não encontram ressonância, porém, entre as populações que têm sido atingidas pela atuação sincera e leal de nossos centros. Prova disso foi o insucesso que coroou a pretensão dos comunistas de fundar uma célula (A união Feminina da Barreira do Vasco) nas vizinhanças mesmo do CAS. Realizaram apenas uma única reunião, e assim mesmo sob a capa de obter banha em quantidade por preço barato para a população. Essa célula abortou nessa mesma reunião (Aragão, 1947, s/p apud Costa, 2015, p.138).

Para enfrentar as tentativas de "sabotagem" comunista às atividades educativas e "redentoras" da Fundação e, ao mesmo tempo, afastar os marginalizados das causas da "desorganização" de suas vidas e comportamentos, a intervenção do Serviço Social, com o suporte material e assistencial disponível, buscava aumentar a receptividade e reduzir a hostilidade da população atendida. Como observou Costa (2015, p. 150), o assistente social era visto como alguém capaz de "conseguir a vaga na escola, resolver problemas jurídicos, aconselhar para assuntos familiares, encaminhar para tratamentos de saúde, algo até então inexistente [...]". Além disso, para combater movimentos sociais e mobilizações que promoviam ideários comunistas, a FLXIII e seus agentes investiram na educação profissionalizante como uma tática para prevenir a "perturbação subversiva" da força de trabalho. Aqueles que resistiam às ações disciplinadoras do Serviço Social eram considerados moralmente desajustados. Para garantir o funcionamento coeso das comunidades, uma alternativa era a intervenção coercitiva do Estado para remover os "delinquentes incuráveis". Identificados pelos assistentes sociais, esses indivíduos eram entregues à autoridade policial, que os afastava das famílias ordeiras, beneficiando-se do "saneamento moral" do local (FLXIII, 1955, p. 12 apud Costa, 2015, p. 151).

Embora a Fundação Leão XIII buscasse ajustar social e moralmente as "favelas" por meio do convencimento e da "boa" educação, Costa (2015) destaca que o apoio das classes dominantes às suas iniciativas não era uniforme. Alguns segmentos mais reacionários das elites defendiam a remoção violenta das favelas e o deslocamento forçado dos habitantes para áreas rurais ou distantes dos centros urbanos. Por exemplo, em 1948, "o Ministro da Agricultura apresentou um projeto para a formação de colônias agrícolas destinada aos favelados" (Costa, 2015, p. 175). Nesse mesmo ano, durante a campanha "A Batalha do Rio", o jurista Carlos Lacerda defendia a intervenção remocionista como solução para o crescimento do "problema-favela", que ele atribuía aos interesses comunistas (Cunha, 2016).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A divergência entre as classes dominantes que apoiavam a Fundação refletia-se na postura socioassistencial da entidade, que mantinha a perspectiva de remoção. Para atingir seus objetivos, a Fundação precisava entender a dinâmica das favelas, elaborando um "dossiê" de cada uma para determinar as ações a serem tomadas. Na maioria das vezes, isso resultava na promoção da urbanização por meio da segregação socioespacial, com a resolução dos problemas das favelas voltada para a construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas, atendendo aos interesses da especulação imobiliária nas áreas ocupadas pela via remocionista.

Entretanto, o objetivo remocionista para as favelas encontrou diversas resistências. Costa (2015) menciona o caso da Barreira do Vasco, em 1948, onde a tentativa de remoção dos moradores foi frustrada pela forte organização política, principalmente influenciada pelos quadros comunistas, resultando na implementação de um plano de urbanização para a área. O Comitê Popular Democrático local, assim como em outras favelas como São Carlos, Jacarezinho e Cantagalo, manteve uma presença significativa, mesmo após a ilegalidade do Partido Comunista. Costa (2015, p. 91) revela, com base em dados do Instituto de Pesquisa e Estudos de Mercado (Ipeme), que em 1958, "26% dos favelados se identificavam como comunistas". O impacto pedagógico dos então Comitês Populares Democráticos nas favelas se manifestou na expansão da organização política das comunidades através das autônomas associações de moradores em crescimento.

Em 1954, foi criada a União dos Trabalhadores Favelados (UTF)⁸ com o objetivo de aglutinar e articular os processos reivindicatórios e de mobilização nos diversos morros "favelados". Como continuidade das resistências históricas, potencializadas pelas experiências dos Comitês Populares Democráticos na década anterior, a criação da UTF representou, em termos prático-políticos, a unidade dos moradores das favelas na resistência ao avanço das remoções. À medida que a UTF desenvolvia suas ações de luta e enfrentamento, tornou-se uma referência político-organizativa para outras comunidades, que se somaram à entidade autônoma dos morros⁹. Um dos resultados imediatos dessas lutas foi a aprovação da Lei das Favelas em 1956, que "congelou os despejos por apenas dois anos, e muitas das desapropriações legalmente

⁸ "Já na reunião de oficialização da fundação da UTF, realizada em 1/04/1954 estavam presentes, além dos moradores do Borel, detonadores e anfitriões do processo de constituição da entidade, representantes de outras sete favelas [...]. Nos três primeiros meses do ano seguinte, pelo menos mais seis favelas [...] também já contavam com suas respectivas organizações de trabalhadores favelados, ampliando o raio de ação da UTF" (Pestana, 2013, p. 62-63).

⁹ Outro dado capaz de demonstrar a abrangência da UTF foi divulgado em princípios de 1958, quando registrou legalmente seus estatutos, os quais foram assinados por representantes de 42 núcleos de base. A presença de 33 desses núcleos nas comemorações de seu quinto aniversário, no ano seguinte, evidenciaram que na maior parte dos casos, não se tratava de filiações meramente formais, havendo, pelo contrário, larga participação de seus membros das mais diferentes favelas na vida da entidade (Pestana, 2013, p.63).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conquistadas não foram efetivadas pelos governantes da época" (Pestana, 2013, p. 75-76). Dessa forma, o movimento popular das favelas tensionava politicamente a política de remoção, cobrando do Estado acesso a serviços públicos e direitos sociais. Costa (2015, p. 107) destaca que uma estratégia da UTF para alcançar maior capilaridade política foi a criação de "comissões de base por favela", onde "[...] os próprios moradores escolheriam seus representantes e a agenda política a ser implementada". Essas células organizativas buscavam atender às necessidades das favelas por meio de lutas reivindicatórias locais e articuladas, que iam além da dimensão mutualista e cooperativa entre os moradores, embora ações de mutirão também fossem realizadas, especialmente quando o Estado não atendia às reivindicações imediatas do movimento. Gomes (2007) observa que, como resultado do contexto de mobilização social do movimento de favelas, foi criada em 1957 a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal (CTF), decorrente do I Congresso dos Favelados do Distrito Federal realizado naquele ano. Assim, a UTF, suas comissões de base e a CTF tornaram-se antagonistas da Fundação Leão XIII, especialmente quando esta adotou uma postura ainda mais repressiva e remocionista entre o final da década de 1950 e início de 1960.

A postura mais coercitiva da Fundação Leão XIII (FLXIII) refletia tanto a preocupação do Estado em conter a dinamização das lutas sociais quanto a pressão de setores conservadores da burguesia que defendiam remoções forçadas das favelas. No entanto, essa postura remocionista não alcançou os resultados esperados pelo Estado e pelas classes dirigentes. A FLXIII, anteriormente capaz de disciplinar e cooptar organizações de base, foi perdendo legitimidade política que desfrutava em seu início, como aponta Costa (2015). No final da primeira metade de 1950, a FLXIII reduziu suas ações de mobilização social e moral junto aos "favelados", dando ênfase em atividades burocráticas como: "os trabalhos de vistoria, a fiscalização de obras e o serviço de conservação, que vão se tornando as atividades mais importantes de seu departamento técnico" (Cunha, 2016, p. 22). Isso abriu espaço para a atuação de outras instituições, que também contavam com assistentes sociais para disciplinar as favelas, como a Cruzada de São Sebastião, criada em 1955, e o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA), criado em 1956.

No início da década de 1960, o SERFHA, após passar por uma reformulação e recomposição de quadros, realizou um trabalho de mobilização e incentivo às associações de moradores dos morros cariocas, promovendo a "autonomia" dessas organizações e voltando suas intervenções para oferecer "orientação, informação legal, assistência financeira, social e outras



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

formas de ajuda técnica" (Gomes e França, 2012, p. 175). Apesar de certo progresso no tratamento das favelas, as ações do SERFHA representaram uma transferência da "tutela da favela" da Igreja para o Estado (Ibidem), mantendo os objetivos de controle sobre os "favelados", como o próprio nome da instituição sugere — um serviço destinado a recuperar habitações anti-higiênicas e, por extensão, seus habitantes. Segundo Gomes e França (2012, p.175), quando acontece a referida reestruturação do SERFHA, quem assume o cargo de diretor da instituição é José Arthur Rios, que segundo Ammann (2013, p. 62), foi um intelectual adepto à teoria sistêmica e compreendia para a educação comunitária "o combate a 'ideologias indesejáveis' como o comunismo, e o assentamento de um consenso social legitimado nas lideranças locais".

Neste período, como a atuação profissional dos assistentes sociais junto aos segmentos mais marginalizados da classe trabalhadora e, portanto, de suas formas de luta e resistência, emergiu e se desenvolveu majoritariamente através da Fundação Leão XIII, quando essa entidade socioassistencial assume sua "segunda fase", a maneira em que eram conduzidas as intervenções institucionais do Serviço Social nas favelas acompanhou esse processo de adesão à uma concepção mais repressiva e impositiva. Entretanto, essa característica não foi exclusiva das intervenções técnicas dos assistentes sociais sobre as classes subalternas e seus instrumentos de organização política e reivindicação durante o final da década de 1950 e, sobretudo, nos primeiros anos de 1960. A dimensão do consenso, combinada com a coerção, foi mais uma vez revitalizada sob novas abordagens¹⁰. Com a incorporação mais sistemática das técnicas e metodologias dos projetos e programas de Desenvolvimento de Comunidade ao Serviço Social brasileiro, experiências profissionais puderam experimentar um ensaio "heterodoxo" (Ammann, 2014) a partir de abordagens comunitárias sintonizadas com a efervescência social e política das lutas sociais no pré-64, com destaque para as atividades de educação popular sob influxos reformistas e progressistas da esquerda católica e da pedagogia freireana.

Considerações Finais

¹⁰ "O Serviço Social de Grupo, que há tempo vinha sendo utilizado de forma tradicional (recreação e educação), na década de 1950 começa a fazer parte dos programas nacionais do SESI, LBA, SESC, em hospitais, favelas, escolas etc., iniciando-se uma nova abordagem — que se generaliza da década de 1960 — que relaciona estudos psicossociais do participante com os problemas da estrutura social e utilização da dinâmica de grupo." (Iamamoto e Carvalho, 2014, p.363); e a incorporação mais abrangente ao Serviço Social brasileiro das técnicas e metodologias dos programas de Desenvolvimento de Comunidade (Ammann, 2013).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para atuar ideologicamente e racionalmente sobre as refrações da questão social, o Serviço Social, enquanto instituição profissional, foi requisitada pelo Estado e pelas frações das classes dominantes para atuar como uma das mediações profissionais no processo de produção e reprodução das relações sociais. As ações assistenciais de cunho material e moral, dirigidas ao fazer profissional, não advieram exclusivamente da necessidade de reprodução material da força de trabalho e de adaptação comportamental no plano moral. Complementarmente, o trabalho profissional tratou de executar estratégias de controle e inibição do potencial desenvolvimento e expansão das lutas e movimentos sociais das chamadas “classes perigosas”. Um exemplo disso foram as ações profissionais empreendidas a partir das grandes instituições socioassistenciais da década de 1940. Ao mesmo tempo em que respondiam às necessidades materiais e ideológicas de reprodução do capitalismo na particularidade da formação econômico-social brasileira, também, por meio do discurso do “anticomunismo”, agiam na contracorrente das expressões políticas da questão social. Embora, contraditoriamente, parte dos serviços assistenciais dessas grandes instituições também foram constituídos como respostas às necessidades sociais apresentadas pelas classes subalternas em suas mobilizações sociais e rebeldias.

Mais precisamente, ao demonstrar o Serviço Social como antagonista dos movimentos sociais e suas lutas durante o desenvolvimento institucional do trabalho profissional, reafirmamos a intervenção dos assistentes sociais na Fundação Leão XIII. A partir de um compósito sociopolítico envolvendo a Igreja, o Estado e frações das classes dominantes, a FLXIII foi criada para promover incursões morais e políticas nos morros do Rio de Janeiro, prevenindo e impedindo que as "classes perigosas" fossem convertidas pelos "comunistas ateus". Caso as classes subalternas fossem devidamente educadas e ajustadas socialmente pelas ações dos profissionais do Serviço Social e outros agentes da instituição, além de evitar uma possível "cólera comunista", também seria possível integrar essas classes ao desenvolvimento urbano-industrial. Para isso, processos de organização e mobilização popular, como as associações de moradores, foram reprimidos ou instrumentalizados para atender aos interesses das forças mandatárias, visando apassivar tanto o "favelado" sem trabalho quanto o "favelado" operário, porteiro, empregado doméstico, entre outros. No entanto, a educação disciplinadora dos assistentes sociais da Fundação Leão XIII enfrentou a concorrência de experiências democráticas de educação popular e de reivindicações sociais e políticas nas "favelas", influenciadas pelo PCB através dos Comitês Populares Democráticos e seu legado, bem como por outras forças nacional-progressistas. O

saldo político-organizativo desse processo foi, por exemplo, a criação da União dos Trabalhadores Favelados.

Mesmo que a conjuntura do segundo pós-guerra contasse com as ações de organização e mobilização do PCB, isso não colocava em xeque o desenvolvimento capitalista. Pelo contrário, a defesa dos comunistas à época, somadas às aspirações nacionalistas mais progressistas, enveredou para a proposta de um desenvolvimento nacional-democrático nos marcos da ordem burguesa. Assim, as ações do Serviço Social na oposição comunista, refletem o caráter antidemocrático do Estado e das classes possuidoras e mandatárias da intervenção profissional junto às classes subalternas. O ajustamento social dos indivíduos e suas famílias ocorria nos moldes conservadores de uma preservação e manutenção dos traços periféricos e dependente do capitalismo brasileiro, na contramão do desenvolvimento democrático e no aprofundamento da subordinação econômica e política das classes subalternas.

Por mais que o Serviço Social brasileiro conte com grandiosas produções teóricas que tematizam o significado social da profissão nas relações sociais do modo de produção capitalista, bem como sobre seus fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos, avaliamos que ainda existe uma lacuna na produção teórica da profissão sobre sua relação histórica com as formas de resistência e luta social das classes subalternas no período de sua institucionalização no Brasil. Aqui, não estamos afirmando que não exista problematizações valiosas acerca da vinculação de classe que a profissão estabelece institucionalmente em suas primeiras décadas de desenvolvimento profissional no país. Tão pouco sustentamos a ideia de que não há produções acadêmicas que desvelam o caráter ideológico e interventivo do Serviço Social junto às classes subalternas no processo de reprodução das relações sociais capitalistas. Pelo contrário, boa parte das produções com que conta o Serviço Social brasileiro nos dias de hoje, apontam rigorosamente as condições e as características que envolvem o relacionamento da profissão, direta ou indiretamente, com as formas de luta social e resistência da classe trabalhadora enquanto expressão da luta de classes. O que identificamos enquanto lacuna se refere à ausência de uma investigação acadêmica que sistematize experiências concretas da relação do Serviço Social, especialmente no âmbito do trabalho profissional do assistente social, com as organizações, mobilizações e reivindicações das classes subalternas – sendo estes um dos públicos alvos da intervenção profissional em seu processo de institucionalização no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ABAS. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*. Associação Brasileira de Assistentes Sociais. São Paulo, 1947.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

COSTA, Reginaldo Scheuermann. *A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)*. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGC. Rio de Janeiro, 2015.

CUNHA, Marize Bastos da. Cenas históricas da Participação Popular da constituição de um campo de fronteira nas favelas do Rio de Janeiro. In: RODRIGUES, Rute Imanishi (Org.). *Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p.15-42.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; et al. Pesquisa em favelas: contribuições do Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania ao debate sobre os desafios postos para o Serviço Social. In: *O Social em Questão*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, ano XV — nº 27, p.133-150, 2012.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; FRANÇA, Bruno Alves de. SAGMACS, Serviço Social e favelas cariocas: referência e/ou produto de um contexto histórico? In: MELLO, Marco Antonio da Silva et al. [Orgs.]. *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.169-188.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Política Urbana e Serviço Social. In: *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social* / Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPGSS — n.16 e n.17, (2007) — Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social. p.176-227.

GONÇALVES, Rafael Soares; CAMPOS, Lohana. *A atuação de Assistentes Sociais da Fundação Leão XIII nas favelas do Rio de Janeiro entre os anos de 1940-1950*. Rio de Janeiro, Puc-Rio: 2019. 8p.

HONORATO, Cezar. O Assistente Social e as favelas (1945/64). In: MELLO, Marco Antonio da Silva et al. [Orgs.]. *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.141-167.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MACHADO, Graziela Scheffer. Serviço Social, Formação Brasileira e Questão Social: da cadência do pioneirismo carioca. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PESTANA, Marco. *A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 2013.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. *Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964): uma história comparada*. Rio de Janeiro: UFRJ/IH/ Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2014.

VALLADARES, Lícia do Prado. A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais. In: *RBCS*, v.15, n.44, out/2000.